

## PANDEMIA E CULTURA: (AINDA) A URGÊNCIA DE UM PENSAMENTO LENTO

Pedro Quintela e Vânia Rodrigues\*

### Resumo

O artigo é elaborado a partir da revisitação de um artigo, escrito para o jornal *Público* em Abril de 2020, em que os autores ensaiavam — em pleno ‘estado de emergência’ — uma primeira leitura dos impactos da crise pandémica na esfera das artes, da cultura e das actividades criativas em Portugal. O propósito deste novo texto é fazer um balanço dessa observação, cinco meses volvidos, tentando identificar os desafios críticos que se perfilam e justapondo-os às respostas políticas que têm surgido. Para tal, apreciam-se genericamente algumas das medidas de resposta à crise pandémica no setor cultural e criativo (SCC) em Portugal entretanto anunciadas e implementadas, guiados por duas âncoras: i) a aceleração da ‘agenda’ da digitalização no universo das artes e da cultura; e ii) as transformações no domínio laboral, com o recrudescimento de exigências em torno do estatuto socioprofissional de artistas e demais profissionais da cultura, a par da criação ou reforço de mecanismos de protecção social e laboral especificamente pensados para o SCC. No segmento conclusivo do texto, relacionam-se estes dois eixos com o quadro geral de política cultural, a partir dos (escassos) documentos orientadores publicados, com o propósito de argumentar a favor da importância de um ‘pensamento lento’ sobre a cultura — metáfora para a necessidade de uma modernização criticamente informada e actualizada das políticas culturais em Portugal.

**Palavras-chave:** políticas culturais; digitalização; trabalho cultural e criativo; pandemia COVID-19.

### I. Retomando o fio à meada...

No início de Abril, em pleno ‘estado de emergência’ provocado pela pandemia COVID-19, ensaiámos,

num artigo para o jornal *Público*, uma primeira leitura dos impactos da crise pandémica na esfera das artes, da cultura e das actividades criativas em Portugal, na qual tentámos identificar alguns dilemas que nos pareceram ser críticos na resposta política à crise sanitária que vivíamos — crise essa depressa tornada também económica e social (Rodrigues e Quintela, 2020). Nessa altura, encontrávamo-nos dominados por uma atmosfera de choque, e todo o comentário que não fosse de reacção imediata aos efeitos da crise sanitária parecia extemporâneo; ainda assim, empenhámo-nos em afirmar a urgência de um ‘pensamento lento’. No essencial, foi nossa intenção sublinhar o paradoxo de que o nosso desconcerto e aflicção não deveriam resultar em medidas e planos exclusivamente reactivos; o que procurámos defender foi que, mesmo num cenário de emergência como o que então vivíamos, era fundamental sermos colectivamente capazes de desenhar estratégias para um arco de tempo mais largo, evitando a adopção de medidas puramente ditadas pela urgência (*the show must go on...*), e de reequacionarmos o papel dos agentes artísticos e dos trabalhadores do sector cultural e criativo (SCC) na sua relação com o Estado e com toda a sociedade, adoptando novas lógicas de cooperação e de solidariedade, conforme sugerido por autores como François Matarasso (2020).

Cinco meses volvidos, e desafiados a contribuir para este volume dos *Cadernos da Pandemia*, revisitámos essa reflexão no sentido de dela fazer um balanço, necessariamente incompleto e provisório, dada a limitação do período de observação e a opção feita por uma visão panorâmica que impede uma consideração detalhada da heterogeneidade de situações e realidades que compõem o SCC. Mais do que, portanto, realizar uma análise fina e sistemática dos desenvolvimentos operados nesta ou naquela área, mantemo-nos fiéis ao nosso propósito inicial: tentar identificar os desafios críticos que se perfilam, justapondo-os às respostas políticas que têm surgido.

Nesse sentido, tentaremos apreciar algumas das medidas de resposta à crise pandémica no SCC entretanto anunciadas e implementadas em Portugal guiados por duas âncoras: i) a aceleração

da ‘agenda’ da digitalização no universo das artes e da cultura; e ii) as transformações no domínio laboral, com o recrudescimento de exigências em torno do estatuto socioprofissional de artistas e demais profissionais da cultura, a par da criação ou reforço de mecanismos de protecção social e laboral especificamente pensados para o SCC. No segmento conclusivo, procuraremos relacionar estes dois eixos com o quadro geral de política cultural, a partir dos (escassos) documentos orientadores publicados.

## II. A aceleração da ‘agenda’ da digitalização no universo das artes e da cultura

Um dos sinais que se revelou desde o início da pandemia foi a extraordinária capacidade de reinvenção de muitas instituições culturais e agentes artísticos portugueses, que, de forma quase imediata, adaptaram conteúdos e formatos, organizaram campanhas, agregaram esforços: não só os arquivos se transformaram quase instantaneamente em conteúdos reproduzíveis, como novos e variados projectos se apresentaram em múltiplas plataformas digitais, sob o lema **#fiqueemcasa**.

No entanto, a rapidez desse ajustamento — que gerou uma formidável aceleração e algumas sobreposições — deve fazer-nos pensar. Como notávamos em Abril, é forçoso que questione-mos a urgência que muitos criadores, estruturas e instituições artísticas e culturais sentiram em reagir e em se reposicionar, designadamente em termos da oferta de novos conteúdos e formatos: essa urgência não será, justamente, um sintoma do expansionismo económico que, em parte, nos conduziu até aqui? A hipótese de que, mesmo que involuntariamente, estivéssemos e possamos continuar a ‘produtivizar’ a pandemia é suficientemente arrepiante para, pelo menos, ponderarmos a oportunidade, o sentido e o real alcance das várias iniciativas de artistas e instituições culturais. Como refere Lorena G. Maldonado (2020), é difícil não ver neste movimento mais um sinal do hiper-produtivismo do SCC cuja adesão, consciente ou inconsciente, ao *ethos* do neoliberalismo tem sido apontada por inúmeros estudos sociológicos

(ex. Menger, 2005; Ross, 2000, 2009; McRobbie, 2002, 2016; Gill e Pratt, 2008).

Importa, além disso, questionar a qualidade pedagógica dos recursos educativos que, de forma certamente voluntarista e bem-intencionada, foram sendo disponibilizados durante a pandemia por diversas instituições e equipamentos culturais. O relatório *Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público: impactos decorrentes da COVID-19*, recentemente publicado, demonstra que, apesar de todo o esforço em criar ou reactivar serviços *online* (visitas digitais, *website*, *newsletter*, uso intensivo das redes sociais Facebook, Instagram e Youtube, etc.), registaram-se inúmeras fragilidades e carências, tanto no plano dos recursos tecnológicos e infraestruturais, como da formação e capacitação dos próprios recursos humanos (Neves, 2020a: 40-41).<sup>32</sup> Este diagnóstico vai, de resto, ao encontro de alguns dos aspectos apontados no *Relatório Final (preliminar) elaborado pelo Grupo de Projeto Museus no Futuro*, que foi também divulgado recentemente, e no qual se concede uma especial atenção às questões da digitalização, identificando um conjunto relevante de desafios e de oportunidades a este nível, entre os quais se incluem a digitalização de colecções e a promoção de um acesso mais aberto por parte dos cidadãos, o que convoca uma urgente reinvenção dos subsectores dos museus e do património cultural, designadamente ao nível das competências, estabelecendo novas parcerias (com universidades, mas também com empresas e profissionais ligados às chamadas indústrias culturais e criativas) e equacionando a criação de novos perfis de competências internos para a concretização deste desiderato (cf. Camacho, 2020).

A relevância da chamada transição digital no SCC não é uma questão recente, bem pelo contrário,

<sup>32</sup> Note-se que este quadro não é especificamente português, conforme dão conta dois outros relatórios recentemente publicados, que evidenciam que, tanto na Europa, como noutros contextos internacionais, diversos foram os museus que, em contexto de confinamento, procuraram manter, através do recurso a novos suportes digitais, as relações com os seus públicos, apesar das frequentes restrições a nível técnico e tecnológico (cf. NEMO, 2020; UNESCO, 2020).

sendo recorrentemente apontada em diversos relatórios e estudos. Refira-se, a título de curiosidade, que, há praticamente uma década (2011), este aspeto era já abordado num estudo encomendado pelo Ministério da Cultura francês, intitulado *Culture & Médias 2030. Prospective de politiques culturelles*, sendo então considerado como um dos eixos decisivos de transformação do SCC.<sup>33</sup> Ainda no ano passado, um relatório prospectivo sobre o SCC na União Europeia apontava a importância das novas tecnologias e do digital enquanto *game changers* (cf. KEA & PPMI, 2019). É, contudo, evidente, que no contexto da pandemia, este tema readquiriu relevância e actualidade, marcando hoje as agendas políticas, nacionais e europeias, e sendo já visíveis os seus efeitos em vários programas de financiamento.<sup>34</sup>

Esta transição para o digital das programações artísticas e culturais deve ser adequada e estrategicamente pensada e preparada, o que, desde logo, exige recursos (técnicos e tecnológicos, mas também humanos, formando e capacitando profissionais) e um planeamento adequado. Importa ainda, por outro lado, atender às especificidades próprias dos diversos subsectores que integram o SCC. Se profissões e subsectores como os do património, museus, bibliotecas e arquivos, para além de outros que podemos associar às indústrias culturais e criativas (cinema, fotografia, multimédia, design, etc.), parecem reunir à partida melhores condições para realizar com maior facilidade e sucesso este processo de transição

digital (cf. Bakhshi *et al*, 2019), já noutros, como as artes performativas (música, teatro, dança, circo, performance), profundamente marcados pela copresença entre artistas e público, este processo parece revelar-se bastante mais complexo e exigente. Elena Polivtseva (2020) alerta justamente para os limites de uma programação digital nas artes performativas, ao mesmo tempo que sublinha a necessidade desta transição para o digital surgir, tanto quanto possível, enquadrada no contexto da criação, ao invés de uma imposição política *top-down* que, num contexto de crise como o atual, tende a encarar, cada vez mais, a digitalização como uma resposta ‘fácil’ aos constrangimentos sanitários colocados pela pandemia. Neste contexto, parece, pois, impor-se a necessidade de uma reflexão que, por um lado, não considere de forme uniforme e unívoca todo o SCC, numa lógica de *one size fits all*, mas que, pelo contrário, o analise na sua heterogeneidade e pluralidade, ajustando assim as propostas de intervenção às características e especificidades de cada subsector.

Acresce que os consumos e as práticas de fruição cultural que utilizam novos suportes e meios digitais estão ainda longe de abarcar satisfatoriamente os diferentes segmentos de público. Efectivamente, desde há anos que investigadores na área dos média digitais alertam para os diversos constrangimentos socioeconómicos que condicionam o acesso aos suportes tecnológicos de acesso (o chamado *digital divide*), bem como assinalam as desigualdades existentes ao nível das competências para uma *literacia dos média*, tornando os indivíduos capazes de ler e interpretar estes tipo de conteúdos, sendo este último aspeto enfatizado sobretudo entre as gerações que não são *nativas digitais* (cf. Cardoso, 2013). Além disso, é sabido que os níveis de participação cultural mantêm-se muito débeis em Portugal, por comparação com os restantes Estados-membro da União Europeia, estando condicionados pelas baixas qualificações e níveis de rendimentos da população (Eurostat, 2019). Durante os anos da crise houve inclusivamente um decréscimo nos níveis de participação cultural, ainda longe de ser recuperado e que, provavelmente, sofrerá agora novo agravamento.

<sup>33</sup> Cf. <http://www.culturemedias2030.culture.gouv.fr/>

<sup>34</sup> É o caso do programa Europa Criativa, cujo aviso de concurso Cross-border circulation and digital distribution of performing arts concedia grande importância às questões da distribuição digital (<https://www.europacriativa.eu/calls/callsandresult/125>); do concurso Cinemas as Innovation Hubs for Local Communities, que procurava apoiar “acções-piloto que permitam testar novos modelos e novas experiências de fruição de cinema” (<https://www.europa-criativa.eu/calls/callsandresult/124>); ou ainda do Programa de Apoio a Projectos - Criação e Edição, da Direcção-Geral das Artes, que incentivava “o aprofundamento de novos modelos criativos que permitam o trabalho presencial, virtual ou misto e/ou que criem alternativas à apresentação pública presencial das obras artísticas” (<https://www.dgartes.gov.pt/pt/sel-curso/3277>).

Num quadro de crise pandémica, que é também social e económica, assistiu-se ao reforço de algumas destas tendências, ampliadas pelas limitações de acesso a espaços e equipamentos que prestam ‘analogicamente’ serviços culturais às populações. Importa, assim, aprofundar o trabalho de mediação cultural que vem sendo realizado por várias instituições culturais em Portugal, dotando-as de recursos adequados e suficientes para que possam continuar a desenvolver processos de abertura e (re)conhecimento das artes e da cultura por diversos segmentos de público — incluindo aqueles que estão, por razões diversas, menos receptivos a propostas de programação cultural e artística que privilegiem o digital. Simultaneamente, entendemos que a transição para o digital não deve ser desligada de um regresso a equipamentos culturais e espaços públicos urbanos — locais privilegiados de exercício da cidadania (UCLG Culture Committee, 2020) — sob pena de se estar a abandonar, senão mesmo a menosprezar, uma parte da população que não está hoje em condições de aceder e fruir dos conteúdos artísticos e culturais disponíveis ou a disponibilizar *online*. Estamos conscientes que são vários e complexos os desafios que aqui se colocam, desde logo do ponto de vista da gestão urbana, de modo a garantir que estes equipamentos culturais e espaços públicos continuam a ser locais de liberdade, abertura, inclusão e, além disso, claro está, locais seguros em termos sanitários, mas acreditamos que esta poderá ser uma oportunidade para as cidades trabalharem políticas culturais de proximidade, renovando a conexão entre o seu tecido artístico, cultural e educativo, as instituições culturais e os cidadãos.

Finalmente, e não menos importante, temos o desafio do modelo económico subjacente ao processo de digitalização das artes e da cultura, que torne este processo sustentável, o que novamente nos remete para a necessidade de capacitação adequada dos diversos subsectores do SCC, incluindo profissionais, para esta transição para o digital — especialmente os que estão menos vocacionados e pior ‘apetrechados’ para operar em ‘ambientes’ *online* —, exigindo um planeamento atempado e adequado. A este propósito, convirá

acompanhar os próximos passos relativos à Diretiva Europeia<sup>35</sup> sobre os direitos de autor e direitos conexos no mercado único digital, recentemente aprovada, e que Portugal terá agora de transpor para a legislação nacional. A mesma foi criticada durante o seu debate e elaboração, e são cada vez mais sonoras as divergências entre os defensores do novo modelo e os que suspeitam que o regime de propriedade intelectual não contribuirá para a redução de desigualdades nem para a sustentabilidade do SCC.<sup>36</sup>

### III. Estatuto profissional, protecção social: velhas demandas, novas exigências

Um outro sinal relevante, que emergiu logo desde o início da pandemia, prende-se com o modo activo e dinâmico como se discutiram no espaço público e mediático os impactos nefastos da COVID-19 nos mercados de trabalho ligados ao SCC, suscitando um curioso reavivar de certas ‘velhas’ reivindicações de cariz socio-laboral e levando mesmo o Governo a anunciar e, de forma mais gradual, a implementar diversas medidas que — têm insistido os responsáveis da tutela — articulam a dimensão sectorial com a transversal. Nelas se incluem a revisão e enquadramento dos trabalhadores independentes (processo que tem sido repleto de incongruências, tendo mesmo merecido reparos da Provedoria da Justiça) e a “reorganização dos trabalhadores da Cultura/reforma estrutural da Segurança Social e Revisão e classificação das profissões da Cultura”, para tal tendo sido criado um Grupo de Trabalho entre o Ministério da Cultura, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Ministério das Finanças. A conclusão dos trabalhos anuncia-se para o final do corrente ano, e concentra um lastro de anos de expectativa, embora nos pareça prudente não fazer dele o Santo-Graal da cultura, tendo em conta o rol de fragilidades do sector, a

35 Cf. [https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-8-2018-0245-AM-271-271\\_PT.pdf?redirect](https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-8-2018-0245-AM-271-271_PT.pdf?redirect)

36 A este respeito, cf. Simão (2020).

sua crónica sub-orçamentação e a necessidade de manter e aumentar os apoios à criação.

Para além disso, o Governo tem anunciado um conjunto de medidas de “recuperação das atividades culturais” — abrangendo das artes performativas à criação literária e apoio às editoras e livrarias — cuja análise detalhada não cabe aqui mas que têm sido globalmente recebidas como insuficientes e assumem, por vezes, contornos pouco claros, como terá sido o caso das verbas ‘realocadas’ para a programação cultural em rede. À data de redacção deste texto, estão ainda por conhecer pormenores relativos à revisão do modelo de apoio às artes e à regulamentação da rede de teatros e cineteatros, que poderão constituir peças importantes para entender o sentido das políticas culturais pós-COVID-19.

Todas estas iniciativas e medidas governamentais têm sido acompanhadas de perto — e, em parte, correspondido, tantas vezes de uma forma reactiva —, por reivindicações e alertas vários lançados por um conjunto diversificado de organizações sindicais e de associações sócio-profissionais pré-existentes, mas também por um leque de movimentos informais que entretanto surgiram, para além de tomadas de posição, individuais ou colectivas, que, frequentemente, assumiram a forma de ‘cartas-abertas’ e de ‘manifestos’ publicados nas redes sociais ou na imprensa escrita.<sup>37</sup> Se nem o tema nem o contexto de tumulto sectorial são recentes no nosso país (cf. Quintela, 2017), a crise pandémica terá favorecido uma mobilização com contornos inéditos no nosso país, generalizando e ampliando um debate que, até então, estava essencialmente circunscrito à esfera dos estudos académicos sobre políticas culturais e a alguns subsectores (ex. artes performativas, cinema e audiovisual) que evidenciavam uma maior capacidade de mobilização e acção

colectiva, em contexto associativo socioprofissional e/ou sindical. O foco nas questões laborais e na protecção social dos profissionais da cultura surge, assim, como um elemento comum a estas iniciativas, constituindo um alinhamento argumentativo que, de forma inédita, reforçou uma aliança estratégica raras vezes conseguida no passado em Portugal. A paragem total pode ter sido um factor determinante na disponibilidade para a participação individual, assim como a tomada de consciência progressiva do impressionante impacto da crise no sector. Mas nesta capacidade reforçada de organização colectiva teremos de considerar igualmente a renovação recente nos corpos dirigentes de algumas organizações socioprofissionais e sindicais, bem como o entusiasmo gerado pelo surgimento de novas plataformas representativas.

É de notar, no entanto, que os subsectores das artes performativas e do cinema e audiovisual continuam a ter um acesso privilegiado aos meios de comunicação social, daí resultando que o debate público e político se centre assimetricamente nestas duas áreas, de algum modo *invisibilizando* as reivindicações socio-laborais feitas por outros subsectores — veja-se, por exemplo, o caso dos trabalhadores da arqueologia, cujo sindicato denunciou ter sido excluído de todo este debate (cf. Barbosa, 2020) ou a actual composição das ‘estruturas representativas do sector’ auscultadas pelo já mencionado Grupo de

<sup>37</sup> Há uma miríade de documentos disponíveis na Internet que atestam a diversidade e a contundência destas diversas iniciativas, das mais organizadas às mais dispersas. Por limitação de espaço, cingimo-nos a referir algumas delas: Acção Cooperativista, Intermitentes Porto-Covid, Convergência pela Cultura, movimentos que se juntaram à acção de CENA-STE, Plateia, entre outros.

Trabalho interministerial<sup>38</sup> dedicado ao Estatuto do Profissional da Cultura<sup>39</sup>. A não ser corrigido, este desigual tratamento do SCC, privilegiando determinadas áreas em detrimento de outras, terá provavelmente consequências futuras, não só por eventualmente deslegitimar politicamente algumas das medidas e instrumentos em elaboração, mas sobretudo por deixar a descoberto, do ponto de vista das políticas públicas, e num momento crítico como o actual, um conjunto muito significativo de sub-sectoros, com impactos imprevisíveis no médio e longo prazo.<sup>40</sup>

Em sentido inverso, parece registar-se uma mudança relevante nos discursos reivindicativos

que emergiram logo nas primeiras semanas de pandemia, com repercussões relevantes na produção de novos discursos políticos e mediáticos tendentes ao alargamento dos sujeitos tradicionalmente considerados neste debate: do habitual foco nos ‘artistas’ parece estar a caminhar-se para um entendimento alargado — e bastante consensual — dos ‘profissionais da cultura’. Com efeito, onde, há apenas dois anos, se lia, nos meios de comunicação social, acerca da “contestação dos artistas”, lê-se hoje acerca “dos trabalhadores da cultura”, ou, de forma ainda mais expressiva, dos “invisíveis da cultura”<sup>41</sup>. Este processo, bem-vindo na medida em que reconhece a heterogeneidade do SCC, não é, porém, isento de contradições, existindo um grande número de situações em que todo o universo de trabalhadores do SCC continua a ser reduzido aos ‘artistas’<sup>42</sup>. A insistência no uso exclusivo dessa expressão poderá contribuir para uma visão simplista sobre um segmento de actividade sobre o qual imperam múltiplos equívocos, muitas vezes alimentados por discursos populistas, que ora reduzem o campo à infeliz categoria de ‘subsídio-dependente’, ora embarcam em retóricas inflamadas acerca do ‘talento individual’ e do ‘empreendedorismo’. A linguagem utilizada pelos políticos e pelas instituições, públicas e privadas, constitui um indicador importante do lugar que reservamos às artes e à cultura na sociedade, pelo que não devemos desprezar as modulações de sentido que revelam. Acresce ainda que, como sabemos, o SCC ultrapassa hoje largamente a esfera das artes performativas e do cinema e audiovisual — os dois sub-sectoros a que o Ministério da Cultura tem concedido uma maior atenção, como já vimos. Ora, na tomada de decisão política em matérias sócio-laborais, que

38 A informação disponível aponta a participação das seguintes nove entidades: a REDE, o Cena-STE, a Performart — Associação para as Artes Performativas, a GDA (Gestão dos Direitos dos Artistas), a Plateia, a Acesso Cultura, a APR (Associação Portuguesa de Realizadores), a SPA (Sociedade Portuguesa de Autores) e o APTA (Agrupamento Português de Técnicos de Audiovisual). Note-se, assim, que, destas nove, pelo menos sete estão claramente focadas nas artes performativas (a maioria) e no cinema e audiovisual. É ainda de ressaltar que, apesar dos esforços feitos, não nos foi possível confirmar com rigor a constituição deste Grupo de Trabalho e modo de funcionamento, no que à auscultação sectorial diz respeito, uma vez que não existe documentação pública disponível com esta informação. A listagem das entidades participantes foi, portanto, elaborada a partir da leitura da imprensa e de contactos pessoais estabelecidos com representantes de algumas das estruturas associativas e sindicais presentes no Grupo de Trabalho.

39 O estatuto em causa tem sido referido de formas muito diversas, pelo que não é certa que esta venha a ser a sua designação oficial. Referimo-nos brevemente a estas mudanças na linguagem no ponto seguinte.

40 É importante notar ainda que esta capacidade reivindicativa apresenta traços bastante desiguais entre os diferentes subsectoros que integram o SCC, verificando-se que, perante o actual contexto de pandemia, algumas áreas (ex. artes visuais ou design) têm permanecido praticamente em silêncio ou, quanto muito, optado por assumir lógicas de resposta à crise, mais proactivas ou reativas, de cariz puramente individual. Este tipo de reacção altamente atomizada dos trabalhadores mantém, de resto, alguma coerência histórica com experiências anteriores de mobilização do SCC em torno de questões de âmbito sócio-laboral em que também já se verificavam este tipo de desequilíbrios na capacidade de mobilização e de organização colectiva dos diferentes subsectoros artísticos, culturais e criativos (cf. Quintela, 2017).

41 A utilização desta nova terminologia inicia-se, a 4 de Abril, com a publicação no *Público* de um artigo de opinião de Pedro Abrunhosa (2020) acerca dos “operários da cultura, invisíveis e silenciosos” que é retomada de forma explícita na Carta Aberta ‘Os Invisíveis da Cultura (AA.VV, 2020), publicada no dia seguinte, seguindo-se, a partir de então, uma generalização do seu uso na imprensa

42 Para uma análise mais detalhada acerca dos debates em torno das designações dos profissionais da cultura, cf. Rodrigues (no prelo).



lugar ocupam afinal a miríade de profissionais que estão ligados aos museus e galerias, ao património cultural, à literatura, às artes visuais, ao design ou à arquitetura, por exemplo?

O nosso propósito não é analisar as medidas de resposta à crise e a sua crítica *per se*, de forma exaustiva, mas sim ir assinalando ‘zonas cinzentas’ (aspectos que têm merecido menos atenção e problematização) e algumas tendências, mesmo que contraditórias, que possam vir a influenciar a modelação das políticas culturais. Com esse fito, centramo-nos agora noutra sinal que pode indiciar alterações importantes face ao que vinha sendo habitual no sector das artes e da cultura e que constituem, no nosso entender, reflexos — ainda que limitados — de uma maior determinação em centrar as ‘lutas’ da cultura em questões sociais de fundo: os direitos sociais, económicos e políticos dos cidadãos. É ainda demasiado cedo para sabermos se corresponderão a uma mudança mais profunda, mas é significativo o peso da dimensão laboral até nas designações de movimentos recém-constituídos<sup>43</sup>. Indagamos: poderão estas mutações nas concepções e modelos de organização colectiva dos trabalhadores do SCC caminhar no sentido de uma repolitização das lutas socio-laborais nesta área, quiçá invertendo os modelos tradicionais de formulação das políticas culturais (*top-down*), passando a ser erigidas também “de baixo para cima” (*policy from below*), como já intuía, há alguns anos atrás, Greig De Peuter e Nicole S. Cohen (2015)? A insistência na condição de ‘trabalhadores’ poderá superar o finca-pé histórico do argumento da excepcionalidade da arte/do artista que, não sem ambiguidades, validava a sua inscrição no sistema socioeconómico?

Num ensaio recente, Aurelien Catin corrobora alguns dos argumentos que já havíamos avançado no texto publicado em Abril (Rodrigues e Quintela, 2020): que, apesar de ser razoável, até certo ponto, insistir em algumas lutas “defensivas”, a longo prazo a cultura não deve procurar

isolar-se em regimes de excepção, mas antes relacionar as suas reivindicações com as de todos os que se encontram em situação de vulnerabilidade social e precariedade. Trata-se, segundo o autor, de “desenvolver novas estratégias, mais radicais e (...) mais políticas.” (Catin, 2020:11)<sup>44</sup>. Neste ponto, Catin, tal como Max Haiven, não poderia ser mais claro: trata-se de fazer uma escolha entre os artistas continuarem a defender-se enquanto artistas (e intermediários culturais), tendo por base o argumento de que são uma “espécie de unicórnios do capitalismo que têm de ser salvos” (Haiven:2020)<sup>45</sup> ou optar, em alternativa, por construir uma causa comum com os restantes trabalhadores semi-abandonados pelo capitalismo. Já o havíamos notado no texto de há uns meses, e mantemos as razões para desconfiar que uma resposta sectorial aos problemas de precariedade e baixos padrões remuneratórios prevalentes no SCC venha a ser uma resposta fraca e de curto prazo. Apesar de bastante diferentes nos seus pressupostos, outros autores também acompanham esta linha de pensamento. É o caso de Justin O’Connor (2020), por exemplo, que sublinha ser determinante reconhecer que a condição material de precariedade que, historicamente, atravessa estruturalmente boa parte do SCC, é hoje partilhada com muitos outros trabalhadores<sup>46</sup>, e convida-nos a questionar os argumentos que estão, na actualidade, a estruturar os apoios à cultura, tanto do lado da sua reivindicação como da concessão.

Não nos parece que se trate apenas da velha distinção entre tática e estratégia, mas também de uma leitura crítica das transformações que uma crise com a dimensão da actual pode favorecer, no quadro de uma eventual revalorização do papel do Estado na sociedade. Aliás, uma das hipóteses de transformação que tem marcado alguns debates — ainda claramente marginais — em diversos países está relacionada com o crescente interesse

44 Tradução nossa.

45 Idem.

46 Atente-se, neste ponto, à particularmente interessante análise que Catin (2020) faz das aproximações e distanciamentos entre as lutas do SCC e o movimento dos *Gilets Jaunes* em, França por exemplo.

43 Se há apenas dois anos se auto-intitulavam “Comissão Informal de Artistas”, agora são os “Intermitentes Porto Covid” ou a “Acção Cooperativista”, por exemplo.

por mecanismos de ‘rendimento básico incondicional’. Diversos nas designações e formulações (cf. Merrill *et al*, 2019), estas propostas têm características que as tornam interessantes quando as relacionamos com a natureza e as especificidades do trabalho artístico, designadamente ao dissociarem ‘trabalho’ de ‘emprego’. Não nos é possível, no contexto deste artigo, dar conta da multiplicidade de conexões que podem estabelecer-se entre estes dois tópicos, mas não queremos deixar de assinalar que seria muito interessante que a discussão em torno das políticas culturais e das condições da prática e da fruição artísticas se inscrevesse nestes debates mais amplos, por várias ordens de razões: i) esse interesse seria coerente com o reconhecimento da transversalidade de alguns desafios e problemas que enfrenta o SCC (como a precariedade ou a intermitência laborais)<sup>47</sup>; ii) no plano teórico, este é um debate que encontra ressonâncias profundas em questões tradicionalmente fundamentais para os agentes do campo: as questões de autonomia e independência; e, iii) estes debates convocam diversas possibilidades de transformação dos sistemas actuais de financiamento das artes, que muitos já vêem como caducos. Por último, poderia chegar-se ao ponto, mais especulativo, de argumentar que a cultura é o lócus perfeito para estas discussões — que seriam uma forma de expiar as culpas pela alegada acomodação mútua entre capitalismo e os modos do trabalho artístico<sup>48</sup>, e de voltar a ser o lugar de crítica social.

47 Com efeito, apesar das suas especificidades e particularidades, o universo amplo de profissionais ligados às artes, cultura e indústrias culturais e criativas, enquadra-se, na realidade, no que autores como Andrew Ross (2008, 2009), por exemplo, têm vindo a designar de uma “nova geografia do trabalho”.

48 Como têm notado, entre outros, Menger (2005), Ross (2000, 2009) e McRobbie (2002, 2016).

#### IV. Políticas culturais em Portugal: o desafio de uma modernização criticamente informada e atualizada

Os dois aspectos que abordámos aqui — a aceleração da ‘agenda’ digital e as velhas demandas e novas exigências em torno das condições de trabalho e de protecção social do SCC — estão longe de esgotar os desafios que se perfilam para as políticas culturais, num cenário de prevalência e incidência do COVID-19 e, sobretudo, no pós-pandemia, mas não deixam de constituir pontos de pressão no sentido da sua modernização.

De facto, na Europa, as políticas culturais têm demonstrado grande resistência e rigidez, por exemplo, no modo como têm vindo a abordar as questões relacionadas com os processos de transição para o contexto digital e a definição de propostas adequadas e ambiciosas, capazes de responder aos dilemas e desafios, múltiplos e diversificados, que a ‘agenda’ digital hoje coloca (Martel, 2020). Isto parece-nos ser particularmente evidente em Portugal, onde a matriz de concepção e estruturação das políticas públicas, historicamente devedora do modelo francófono, é ainda profundamente tradicionalista, e cujas respostas estão, para além disso, de algum modo bloqueadas pela falta de recursos humanos e financeiros, evidenciada na tendência de desinvestimento público no sector que se vem registando desde 2012 (cf. Neves, 2020b; Garcia *et al*, 2016). Acresce que o olhar do Ministério da Cultura está hoje muito condicionado pela discussão e contestação públicas, que, como já vimos, encerra enviesamentos significativos do ponto de vista da representatividade de vários subsectores e profissões. É difícil, portanto, afirmar que este possa ser um momento oportuno para repensar a orientação das políticas públicas para a cultura em Portugal, investindo numa reflexão estratégica acerca dos desafios, dilemas e prioridades a assumir no processo de transição digital do SCC. E ainda mais arriscado imaginar que, no contexto atual, se possa estar perante uma oportunidade para relançar, agora com bases mais sólidas e com menos *buzzword*, a ‘agenda criativa’ em Portugal (Quintela e Ferreira, 2018), reequacionando medidas e instrumentos de



apoio que se dirijam *de facto* às estruturas (empresas, cooperativas, associações) e aos profissionais deste sector, procurando assim criar condições mais favoráveis à fase de retoma pós-pandemia, ainda em data incerta.

Este nosso cepticismo encontra eco, por exemplo, nas referências genéricas, porque desprovidas de quaisquer desenvolvimentos específicos no que diz respeito ao SCC, tanto relativamente à questão do digital, como no que toca às áreas artísticas e culturais, no recente documento *Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030* (Silva, 2020). Na leitura do referido plano (um dos poucos documentos públicos já disponíveis com pistas acerca do que poderão vir a ser as orientações estratégicas pós-COVID-19, designadamente no que diz respeito à utilização quer dos apoios extraordinários de recuperação económica dos impactos da pandemia, quer do próximo quadro plurianual de fundos comunitários, que vigorará entre 2021 e 2027), encontramos razões para acreditar que, a despeito das mutações discursivas que fomos assinalando ao longo deste texto, ainda persiste em Portugal uma visão da cultura que a perspectiva essencialmente enquanto uma ‘amenidade’ urbana, sem peso político, económico e social próprio. Com efeito, e apesar de a Ministra da Cultura se regozijar com o ‘destaque’ dado à área no *Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030* (ex. Salema, 2020; Halpern, 2020), uma análise dos elementos disponíveis revela, contudo, que, à excepção de esparsas referências a investimento em I&D para fileiras especializadas do sub-sector do património, a maioria das propostas revela uma continuidade das políticas culturais de pendor infraestruturalista: se já não se constroem, como no passado, equipamentos, estabelecem-se redes: rede nacional de teatros e cineteatros, rede nacional de arte contemporânea, rede de residências artísticas, rede de eco-residências artísticas... Acresce ainda que quase todas as medidas elencadas neste plano surgem justificadas como elementos ‘dinamizadores do território’. Ou seja, o investimento no SCC é, uma vez mais, politicamente legitimado pela ‘agenda’ dos impactos (na inclusão social, no turismo, na economia, e agora

também, na correcção das assimetrias regionais). Nada de novo, portanto. Parecem retomar-se, assim, alguns dos ‘velhos’ argumentos económicos — senão mesmo economicistas — e de forte pendor instrumental que, conforme inúmeros cientistas sociais têm evidenciado (ex. Ufalino, 1996; Belfiore, 2002; Miller e Yúdice, 2002; McGuigan, 2005), vêm sendo determinantes nas últimas décadas na legitimação do investimento público em cultura (e com os resultados que conhecemos, acrescentaria algo ironicamente O’Connor, no texto já mencionado), que são, desta feita, posicionados bem no centro do debate sobre políticas públicas para a cultura em Portugal — do qual, aparentemente, nunca saíram...

As sinergias entre áreas de intervenção pública podem ser, efectivamente, incentivadas pelas políticas culturais, mas fazê-lo implica um conjunto de condições que não vemos, para já, asseguradas: desde logo, a mobilização de recursos suficientes para apoiar as iniciativas existentes ou latentes em diversos pontos do território; uma disponibilidade para repensar as formas de governança (o facto de o Estado surgir neste plano como grande organizador da oferta cultural carece, em nossa opinião, de contraponto em matéria de fortalecimento e confiança nas organizações da sociedade civil, mas também denota uma incapacidade de interpretar qual é hoje o papel da iniciativa privada no SCC e quais os mecanismos públicos adequados neste quadro) e, sobretudo, só é aceitável na medida em que for complementar a uma política cultural ancorada no valor intrínseco da cultura e na sua indispensabilidade social — uma dimensão-chave que, no quadro da crise pandémica, tem sido, de resto, enfatizada por alguns relatórios recentes (cf. por ex. Kern, 2020; Montalto *et al*, 2020; UCLG Culture Committee, 2020). A ideia de que a cultura é uma aposta estratégica para o futuro, um “ pilar estratégico, com um programa autónomo ” conforme declarou Graça Fonseca ao *Jornal de Letras, Artes e Ideias* (Halpern, 2020: 7), não encontra, sequer, amparo no próprio documento. Com efeito, no quadro<sup>49</sup> que

49 Cf. Silva, 2020: 71 - Figura 10.

estabelece a relação entre os eixos estratégicos e os objectivos do Plano, a área da “Cultura, Serviços e Turismo” é a única que não tem uma relação directa com *nenhum* dos nove objectivos. Este é um ‘pormenor’ que não nos deixa esperançados e que confirma uma tese explicativa do estado depauperado das políticas culturais em Portugal: a de que a cultura se mantém como um domínio de política pública estruturalmente *fraco*, com muitas dificuldades em se afirmar face a ‘agendas’ que se destacam pelo seu maior poderio político, económico e mediático (Ferrão: 2015), e com um peso relativamente baixo na ‘agenda’ macropolítica (Barbieri: 2012).

Insistimos, por isso, na urgência de, no quadro de uma crise que se perspetiva longa e profunda, apostar num pensamento lento sobre cultura em Portugal — metáfora para a necessidade de contrariar as políticas culturais continuativas, resultado de processos mais cumulativos e reactivos do que transformadores, pouco críticos e escassamente actualizados.

Porto, 1 de Setembro de 2020

Os autores não seguem as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

## Referências bibliográficas

- Abrunhosa, P. (2020). A solidão dos que juntam multidões, *Público*, 4 de Abril, 16.
- AA.VV. (2020). Carta aberta: Os “invisíveis” da Cultura”. *Público*, 5 de Abril, 28.
- Bakhshi, H.; Djumaliev, J.; Easton, E. (2019). *The Creative Digital Skills Revolution*. Londres: Creative Industries Policy and Evidence Centre / NESTA. Disponível em <https://www.pec.ac.uk/assets/publications/The-Creative-Digital-Skills-Revolution-the-PEC-and-Nesta-24-Oct-2019.pdf>.
- Barbieri, N. (2012). *Por qué cambian las políticas públicas? Una aproximación narrativa a la continuidad, el cambio y la despolitización de las políticas culturales – El caso de las políticas culturales de la Generalitat de Catalunya (1980-2008)*. Tese de Doutoramento. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona.
- Barbosa, R. (2020). Apoios invisíveis: a situação dos Trabalhadores de Arqueologia, *Público*, 20 de Agosto. Disponível em <https://www.publico.pt/2020/08/20/culturaipilon/opiniao/apoios-invisiveis-situacao-trabalhadores-arqueologia-1928672>
- Belfiore, E. (2002). Art as a means of alleviating social exclusion: Does it really work? A critique of instrumental cultural policies and social impact studies in the UK, *International Journal of Cultural Policy*, 8(1), 91-106.
- Camacho, C. F. (coord.) (2020). *Relatório Final (preliminar) elaborado pelo Grupo de Projeto Museus no Futuro*. Lisboa: ICOM Portugal. Disponível em <https://icom-portugal.org/wp-content/uploads/2020/07/Relat%C3%B3rio-Museus-no-Futuro-07-07-2020.pdf>
- Cardoso, G. (coord.) (2013). *A Sociedade dos Ecrãs*. Lisboa: Tinta da China.
- Catin, A. (2020). *Notre Condition – Essai sur le salaire au travail artistique*. Saint-Denis: Riot Editions.
- De Peuter, G. & Cohen, N. S. (2015). Emerging labour politics in creative industries. In Oakley, K. e O’Connor, J. (eds.), *The Routledge Companion to the Cultural Industries*. London/ New York: Routledge, 305-318.
- Eurostat (2019). Culture statistics — 2019 edition. Luxemburgo: Publications Office of the European Union. Disponível em <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/3217494/10177894/KS-01-19-712-EN-N.pdf/915f828b-daae-1cca-ba-54-a87e90d6b68b>
- Ferrão, J. (2015). Cultura e território: como tornar mais eficiente uma política ‘fraca’. In Costa, P. (coord.), *Políticas Culturais para o Desenvolvimento: Conferência ARTEMREDE*. Santarém: ARTEMREDE, 84-89.
- Garcia, J. L.; Lopes, J. T.; Martinho, T. D.; Neves, J. S.; Gomes, R. T.; Borges, V. (2016). Mapping cultural policy in Portugal: From incentives to crisis, *International Journal of Cultural Policy*, DOI: 10.1080/10286632.2016.1248950, 1-17.
- Gill, R. & Pratt, A. (2008). In the social factory? Immaterial labour, precariousness and cultural work, *Theory, Culture & Society*, 25 (7-8), 1-30.
- Haiven, M. (2020). *No Artist Left Alive – Speculations on the Post-Pandemic Dtruggles of Cultural Workers Within, Against and Beyond Capitalism*. Disponível em: <https://maxhaiven.com/no-artist-left-alive/>
- Halpern, M. (2020). Entrevista Graça Fonseca: “Nunca houve tanto dinheiro para a Cultura”, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Ano XL, Nº 1300, de 29 de Julho a 11 de Agosto, 6-8.
- KEA & PPMI (2019). *Research for CULT Committee – Culture and creative sectors in the European Union – key future developments, challenges and opportunities*. Bruxelas: Parlamento Europeu/Departamento para as Políticas Estruturais e de Coesão. Disponível em [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2019/629203/IPOL\\_STU\(2019\)629203\\_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2019/629203/IPOL_STU(2019)629203_EN.pdf)
- Kern, P. (2020). *The impact of the COVID-19 pandemic on the Cultural and Creative Sector. Report for the Council of Europe*. Estrasburgo: Conselho da Europa. Disponível em [https://keanet.eu/wp-content/uploads/Impact-of-COVID-19-pandemic-on-CCS\\_COE-KEA\\_26062020.pdf.pdf](https://keanet.eu/wp-content/uploads/Impact-of-COVID-19-pandemic-on-CCS_COE-KEA_26062020.pdf.pdf).
- Maldonado, L.G. (2020). Por favor, que el coronavirus no nos traiga (también) una cultura basura, *El Español*, 20 de Março. Disponível em [https://www.elespanol.com/cultura/20200327/favor-coronavirus-no-traiga-cultura-basura/477703832\\_0](https://www.elespanol.com/cultura/20200327/favor-coronavirus-no-traiga-cultura-basura/477703832_0).

- html?fbclid=IwAR1DXQs4r0Rr6ftOlnUi\_JdwTXXtXVKwm-ZrCslYpYUUKhXDG4\_1pvD3QIWQ
- Martel, F. (2020). Cultural policies: Mapping a field in reinvention, *State of the arts*. Zurique: ZHDK/ZUA. Disponível em [https://www.zhdk.ch/file/live/e1/e123ea364fca50c558cb-3465c7abaca4e1e78b22/2020\\_03\\_cultural-policies-mapping-a-field-in-reinvention-frederic-martel\\_article.pdf](https://www.zhdk.ch/file/live/e1/e123ea364fca50c558cb-3465c7abaca4e1e78b22/2020_03_cultural-policies-mapping-a-field-in-reinvention-frederic-martel_article.pdf)
- Matarasso, F. (2020). Right now, being kind might be more important than being creative, *Parliament of Dreams*, 7 de Abril. Disponível em <https://parliamentofdreams.com/2020/04/07/right-now-being-kind-might-be-more-important-than-being-creative/>
- McGuigan, J. (2005). Neo-liberalism, culture and policy, *International Journal of Cultural Policy*, 11(3), 229-241.
- McRobbie, A. (2002). Clubs to Companies: notes on the decline of political culture in speeded up creative worlds, *Cultural Studies*, 16(4), 516-532.
- McRobbie, A. (2016). *Be Creative: Making a living in the new culture industries*. Cambridge/Malden: Polity.
- Menger, P. M. (2005). *Retrato do Artista enquanto trabalhador: Metamorfoses do Capitalismo*. Lisboa: Roma Editora.
- Merrill, R.; Bizarro, S.; Marcelo, G.; Pinto, J. (2019). *Rendimento Básico Incondicional: Uma Defesa da Liberdade*. Lisboa: Edições 70.
- Miller, T. & Yúdice, G. (2002). *Cultural Policy*. Londres: Sage.
- Montalto, V.; Sacco, P. L.; Alberti, V.; Panella, F.; Saisana, M. (2020). *European Cultural and Creative Cities in COVID-19 times: Jobs at risk and the policy response*. JRC Science for Policy Report. EUR 30249 EN. Luxemburgo: Publications Office of the European Union. Disponível em <https://ec.europa.eu/jrc/en/publication/eur-scientific-and-technical-research-reports/european-cultural-and-creative-cities-COVID-19-times>
- NEMO (2020). *Survey on the impact of the COVID-19 situation on museums in Europe*. Berlim: Network of European Museum Organisations. Disponível em [https://www.ne-mo.org/fileadmin/Dateien/public/NEMO\\_documents/NEMO\\_Corona\\_Survey\\_Results\\_6\\_4\\_20.pdf](https://www.ne-mo.org/fileadmin/Dateien/public/NEMO_documents/NEMO_Corona_Survey_Results_6_4_20.pdf)
- Neves, J. S. (coord.) (2020a). *Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público: impactos decorrentes da COVID-19*. Relatório. Lisboa: OPAC/CIES/ISCTE-IUL. Disponível em [https://704a06ef-c151-4ad7-b67c-50cf9846cda5.filesusr.com/ugd/ee1de0\\_0ad36bc4c6ab4538874874a7613b68b5.pdf](https://704a06ef-c151-4ad7-b67c-50cf9846cda5.filesusr.com/ugd/ee1de0_0ad36bc4c6ab4538874874a7613b68b5.pdf)
- Neves, J. S. (2020b). Cultura. In Mamede, R. P. & Silva, P. A. (coord.), *O Estado da Nação e as Políticas Públicas 2020: Valorizar as Políticas Públicas*. Lisboa: IPPS/ISCTE-IUL, 25-32. Disponível em <https://ipps.iscte-iul.pt/index.php/estudos-e-publicacoes/estudos-e-publicacoes-3/784-2020-valorizar-politicas-publicas>
- O'Connor, J. (2020). Art and Culture After COVID-19, *Wake in Fright*, 9 de Abril. Disponível em: <https://wakeinalarm.blog/2020/04/09/art-and-culture-after-COVID-19/>.
- Polivtseva, E. (2020). *Live Arts in the Virtualisation World*. Bruxelas: IETM. Disponível em [https://www.ietm.org/en/system/files/publications/live\\_arts\\_in\\_the\\_virtualising\\_world.pdf](https://www.ietm.org/en/system/files/publications/live_arts_in_the_virtualising_world.pdf)
- Ross, A. (2000). The Mental Labor Problem, *Social Text*, 63, 2(18), 1-31.
- Ross, A. (2008). The new geography of work: Power to the precarious?, *Theory, Culture & Society*, 25(7-8), 31-49.
- Ross, A. (2009). *Nice Work If You Can Get It: Life and Labor in Precarious Times*. Nova Iorque: NYU Press.
- Quintela, P. (2017). A obscuridade do trabalho na “agenda” criativa em Portugal, *Atas do IX Congresso Português de Sociologia, “Portugal: Território de Territórios”*. Lisboa: APS - Associação Portuguesa de Sociologia. Disponível em [https://associacaoportuguesasociologia.pt/ix\\_congresso/docs/final/COMO288.pdf](https://associacaoportuguesasociologia.pt/ix_congresso/docs/final/COMO288.pdf)
- Quintela, P. & Ferreira, C. (2018). Indústrias culturais e criativas em Portugal: um balanço crítico de uma nova ‘agenda’ para as políticas públicas no início deste milénio, *Todas As Artes*, 1(1), 89-111. Disponível em <http://ojs.letras.up.pt/index.php/taa/article/view/5041>
- Rodrigues, V. (no prelo). A colaboração nas artes do ponto de vista da produção e gestão cultural: entre a invisibilidade e o desejo de mudança, *Revista de História da Arte - Série W*.
- Rodrigues, V. & Quintela, P. (2020). Pandemia e cultura: a urgência de um pensamento lento, *Público*, 10 de Abril. Disponível em <https://www.publico.pt/2020/04/10/culturaipilon/opiniao/pandemia-cultura-urgencia-pensamento-lento-1911791>
- Salema, I. (2020). A Cultura teve “um diálogo bom” com o autor do plano estratégico, *Público*, 22 de Julho, 11.
- Simão, F. S. (2020). *Authors’ Rights and Rights’ Authors: on the relationship between copyright and artistic work*, Tese de Doutoramento. Porto: FBAUP.
- Silva, A. C. (2020). *Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030*. Junho. Lisboa: Governo de Portugal. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=visao-estrategica-para-o-plano-de-recuperacao-economica-de-portugal-2020-2030>
- UCLG Culture Committee (2020). Culture, Cities and the COVID-19 Pandemic; Part One: Documenting the Initial Measures and Drafting Challenges Ahead, *UCLG Committee on Culture Reports*, 8, Barcelona: UCL. Disponível em [https://www.interarts.net/wp-content/uploads/2020/08/report\\_8\\_-\\_culture\\_cities\\_covid19\\_-\\_eng\\_0-compressed.pdf](https://www.interarts.net/wp-content/uploads/2020/08/report_8_-_culture_cities_covid19_-_eng_0-compressed.pdf)
- UNESCO (2020). *Museums around the world in the face of COVID-19*. Paris: UNESCO. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373530>
- Urfalino, P. (1996). *L'invention de la politique culturelle*. Paris: Documentation Française.